



O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE

AGRICULTURA E MERCADO NO BRASIL: REVENDO AS VISÕES DA GEOGRAFIA SOBRE OS CONDICIONANTES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO CAPITALISMO

AGRICULTURE AND MARKET IN BRAZIL: A REVIEW OF THE VISIONS OF GEOGRAPHY ABOUT THE CONDITIONS OF AGRICULTURAL PRODUCTION IN CAPITALISM

Luis Lopes DINIZ FILHO ¹

RESUMO

O artigo se inicia com uma crítica à visão que opõe o agronegócio à agricultura familiar (a qual é hegemônica na geografia agrária brasileira) e apresenta as polêmicas travadas sobre essa questão durante o XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária – Enga. Com base nessas discussões, faz também uma discussão sobre as relações entre ciência e ideologia nos estudos sobre reforma agrária.

Palavras chave: Agricultura; Estado Nutricional; Reforma agrária.

ABSTRACT

The article begins with a critique of the vision that opposes agribusiness and family agriculture (which is hegemonic in the Brazilian agrarian geography) and presents the polemics raging over this question during the 19th National Agrarian Geography Meeting (Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA) in Brazil. Based on those debates, relations between science and ideology in the studies about agrarian reform are also discussed.

Keywords: Agriculture; nutritional state; agrarian reforme.

¹ Graduação em Geografia, mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná. <diniz.ufpr@gmail.com>

“Nossos homens de ciências e de letras [...] têm de criticar, mostrar problemas, participar da vida nacional. Mas o que deve falar é sua consciência, e não a vontade de ganhar palmas. Esperamos deles a coragem dos comunistas que denunciaram o stalinismo ou dos direitistas que denunciaram o macarthismo. O primeiro dever é o da impopularidade”. CLAUDIO DE MOURA CASTRO. O dever da impopularidade. **Veja**, 07 nov. 2001.

INTRODUÇÃO

Este artigo se divide em três partes. A primeira expõe o conteúdo que serviu de base para minha fala no XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária – Enga, e resulta de pesquisas que venho realizando sobre os pressupostos da geografia crítica e as consequências de sua hegemonia entre os geógrafos brasileiros. A segunda parte discute as polêmicas que se seguiram à apresentação, as quais demonstram que a geocrítica continua realmente a pautar a visão que a maioria dos geógrafos tem da agricultura. Daí a urgente necessidade de chamar atenção para os equívocos e anacronismos contidos nessa visão que se formou há cerca de trinta anos. A última seção retoma as conclusões das anteriores para tecer alguns questionamentos sobre as relações entre ciência e ideologia nos estudos sobre o tema da reforma agrária.

OS EQUÍVOCOS DA DICOTOMIA AGRONEGÓCIO VERSUS CAMPESINATO

Os geógrafos críticos, por sua opção incondicional pela utopia e recusa a ver qualquer positividade no capitalismo, são incapazes de apresentar propostas de políticas públicas que sejam a um só tempo radicais e consistentes, sendo que o IX Colóquio Internacional de Geocrítica é a melhor

demonstração disso. Embora Horacio Capel (2007) tenha afirmado, no discurso de abertura do evento, que não seriam aceitas comunicações que não contivessem explicitamente uma proposta para resolver o problema que estivesse sendo analisado, verifica-se que há trabalhos nos quais a proposta é radical e imprecisa e outros que propõem soluções com algum detalhamento, mas que não conseguem ser alternativas ao capitalismo.

O artigo *Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil*, de Christiane S. S. Campos e Rosana S. Campos (2007), prima pela primeira característica, pois, das quatorze páginas que o constituem, são dedicadas cerca de duas páginas e meia para explicar a alternativa anunciada no título, enquanto todo o resto da exposição é dedicado a lançar acusações contra a agricultura patronal². Além de realçar a crise das teorias críticas e radicais no domínio prático, esse artigo é bastante útil para demonstrar os equívocos em que a geografia agrária brasileira vem incorrendo por haver incorporado tais pressupostos, já que os ataques feitos pelas autoras ao agronegócio estão sendo reproduzidos há décadas em livros didáticos e trabalhos científicos de geografia. Vejamos esta afirmação inicial:

Sob a forma de agronegócio as atividades agropecuárias vêm sendo cada vez mais controladas por conglomerados econômicos que atuam em escala mundial determinando o que, quanto, como e onde devem ser produzidos e comercializados os produtos de origem vegetal e animal (Campos; Campos, 2007).

Independentemente de essa afirmativa estar correta ou não, cumpre lembrar que o processo de concentração e centralização de capital em determinado setor só pode ser visto como algo negativo de per si caso se considere que os interesses das grandes empresas são antagônicos aos da maioria da população. No entanto, se for levado em conta que a natureza

² O procedimento de atacar muito e propor pouco ou quase nada de concreto é ainda mais visível nos artigos que tratam de questões urbanas (Ferreira, 2007; Pintaudi, 2007; Randolph, 2007; Rodrigues, 2007). Essa incapacidade dos autores radicais fazerem propostas para resolver problemas específicos reflete a ausência de um projeto socialista definido e de estratégias factíveis para realizá-lo. O artigo que melhor ilustra tal ausência é o de Ana F. A. Carlos (2007), o qual procura combater as supostas tendências de “refluxo do pensamento crítico e radical” na geografia, mas, ao invés de debater as crises do socialismo e do marxismo, atribui o dito refluxo àquilo que a autora pensa ser “neoliberalismo”.

simultaneamente competitiva e cooperativa da economia de mercado impõe a satisfação das necessidades dos consumidores como condição necessária para a obtenção de lucros, tal raciocínio perde o sentido. É no intuito de vender produtos alimentícios com uma relação custo/benefício que os consumidores avaliem como superior à oferecida pelos concorrentes que os conglomerados do setor agroalimentar tomam decisões sobre o tipo e características dos alimentos a serem produzidos, bem como sobre a localização da produção.

Mas as autoras estão tão convencidas de que “os capitalistas se preocupam em produzir para maximizar lucros não para atender necessidades” (Campos; Campos, 2007) – como se fosse possível atingir o primeiro objetivo sem perseguir o segundo, numa economia competitiva –, que acabam reproduzindo o diagnóstico anacrônico de que a agricultura brasileira possui um amplo segmento voltado apenas para a exportação, o que traria problemas de abastecimento interno. Tal diagnóstico é simplesmente uma agressão aos fatos, pois descreve um processo que ocorreu em certa medida nos anos 1970, mas que mudou completamente de sentido nas décadas seguintes.

Com efeito, a expansão das atividades agropecuárias foi bastante expressivo nessa década, e se fez acompanhar da crescente importância do mercado externo na determinação da dinâmica da produção e também de intensa modernização no setor, como destacam alguns autores: “o fim da década de 60 e o começo da década de 70 marcaram uma reversão do equilíbrio entre o crescimento da agricultura para o mercado interno e o da agricultura de exportação”, o qual fora característico das fases iniciais da industrialização brasileira (Goldin; Resende, 1993, p. 16). A conjunção desses processos levou à ampliação do grau de processamento dos produtos exportados e ao crescimento mais rápido da produção das lavouras com grande potencial para a exportação e/ou para a integração técnica e produtiva com os setores dinâmicos da economia, principalmente a agroindústria e o setor energético. Assim, as elevadas taxas de expansão do produto agropecuário nos anos 1970 se deveram principalmente ao desempenho de lavouras como as de soja, laranja, cana-de-açúcar, pínus, eucaliptos, fumo e pela introdução da carne de aves na produção animal; já as culturas

alimentares, exceto o trigo, experimentaram aumentos de produção bem menores, sendo que aquelas cultivadas predominantemente por pequenos agricultores permaneceram alijadas do processo de modernização, tais como as culturas de feijão, mandioca e amendoim (Goldin; Resende, 1993; Fonseca e Salles Filho, 1992). E é certo que, até o final dessa década, o ritmo lento da ampliação da oferta de alimentos, quando comparado com a urbanização acelerada, ainda era um fator importante de aumento das taxas de inflação, inclusive por conta da ocorrência de crises de abastecimento (Serra, 1982).

Ora, por trabalharem com o pressuposto de que as empresas capitalistas não visam atender às demandas de consumo da população, mas sim realizar a reprodução ampliada do capital, os geocríticos avaliaram essas transformações da agricultura nos anos 1970 como se fossem um dado estrutural permanente, que resultaria de uma lógica intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo na “periferia”. Passaram assim a supor que as décadas seguintes haveriam de manter a tendência de elevação mais rápida da produtividade nos grandes complexos agroindustriais, suposição essa que acabou sendo negada pela melhora expressiva do desempenho da chamada “agricultura de alimentos” dos anos 1980 em diante, conforme a tabela 1³.

³ Livros didáticos de geografia vêm reproduzindo essa visão ultrapassada há décadas, o que é gravíssimo. No final dos anos 1990, Vesentini (1998, p. 143) afirmava textualmente que a modernização agrícola não ocorria nas culturas importantes para a alimentação do brasileiro, como as de feijão, arroz, milho, batata e mandioca, contradizendo as estatísticas (que, aliás, o autor não deve ter consultado). Em livro recente, esse autor diz que um dos fatores responsáveis pela fome no mundo é que, nos países mais pobres, a agricultura mais moderna e produtiva está voltada para o mercado externo (Vesentini, 2005, p. 248), embora sem citar o Brasil como integrante desse grupo. Mas faltou explicar aos alunos porque o Brasil não foi citado se, como o próprio autor dizia antes, “os melhores solos e as maiores inversões de capitais na agricultura [brasileira] estão voltados para o cultivo de exportação ou para a produção de matérias-primas industriais, em vez da produção de alimentos para o consumo interno” (Vesentini, 1998, p. 141).

**Tabela 1 - Variação do rendimento físico dos principais produtos agrícolas.
Brasil 1968-1970 / 1998-2000.**

Produto	Variações de rendimento físico (%)		
	1968-1970/1978-1980	1978-1980/1988-1990	1988-1990/1998-2000
Café em coco	27,9	-6,1	62,6
Laranja	15,7	7,4	15,6
Banana	-27,5	-8,0	-6,1
Arroz em casca	-2,8	40,2	45,1
Milho	8,6	30,7	42,5
Trigo	-10,6	79,0	11,5
Feijão	-25,6	1,1	43,7
Soja	28,9	28,7	31,2
Batata inglesa	44,3	33,5	19,9
Mandioca	-19,7	6,2	4,3
Algodão em caroço	-11,7	118,4	114,8
Amendoim em casca	15,1	14,3	7,2
Cana-de-açúcar	21,4	12,3	10,3
Mamona	-18,1	-34,8	-14,3
Cebola	79,5	15,4	32,5
Tomate	59,6	32,1	34,2

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1971, 1982, 1992 e 1993. Equipe Técnica de Estatística Agropecuária.

Nota: Variações calculadas com base nas médias trienais de rendimento físico.

Como se pode observar, a ideia de que a produtividade só cresce expressivamente nas culturas de exportação ou que fornecem matéria-prima para o setor energético fazia sentido nos anos 1970, quando houve a formação dos complexos agroindustriais. Mas, mesmo nessa época, as culturas que experimentaram maiores ganhos de rendimento físico foram as de cebola, tomate e batata inglesa, nessa ordem, seguidas depois pela soja, café, cana e laranja. Ainda assim, como houve queda da produtividade das culturas de arroz, mandioca e de feijão nesse período, pode-se dizer que, de fato, a modernização não alcançou culturas importantes para a pauta de consumo popular. Mas o quadro muda do final dos anos 1970 até o último triênio da década de 1980, pois as culturas em que houve maior incremento da produtividade foram as de algodão, trigo, arroz, batata, tomate e milho, nessa ordem, demonstrando assim o melhor desempenho das culturas então

denominadas “de mercado interno” em relação às demais. A soja ocupou o sétimo lugar em termos de variação de rendimento físico nos anos 1980, enquanto a cana e a laranja foram superadas não só pelas culturas já mencionadas como também pelas de cebola e de amendoim⁴. A trajetória se repete nos anos 1990, já que entre as sete culturas que apresentaram maiores ganhos de produtividade figuram arroz, feijão, milho, tomate e cebola. O feijão, por sinal, conseguiu alcançar um ganho de produtividade de 43,7% nessa década, superando a soja, a laranja e a cana-de-açúcar.

As estatísticas refutam de modo eloquente a tese de que a agricultura não supre adequadamente as demandas de consumo no mercado doméstico devido à lógica da acumulação capitalista, mas deve-se tomar cuidado para que a análise desses dados não reforce a visão anacrônica de que a agricultura brasileira se divide num segmento exportador e noutro de mercado interno. É preciso sublinhar que **a distinção entre agricultura de alimentos e agricultura de exportação perdeu o sentido desde os anos 1980**, conforme José Graziano da Silva já alertou há tempos.

A dicotomia “mercado interno/externo” – definida estritamente em termos de destino dos produtos – parece definitivamente superada, seja em função da maior abertura da agricultura brasileira ao exterior, seja porque esse corte analítico não mais corresponde ao papel que o velho “setor agropecuário” representa hoje na nossa economia: os produtos agrícolas não são mais, fundamentalmente, produtos finais (de consumo imediato), mas bens intermediários dos chamados “complementos agroindustriais” (Silva, 1998, p. 191-192).

Todavia, muitos geógrafos parecem não ter se dado conta disso até hoje, e os poucos que se preocupam em corrigir esse erro são marxista-leninistas, que ainda trabalham com a tese da destruição do campesinato⁵. Isso

⁴ De acordo com alguns autores, foi graças a esse desempenho das culturas voltadas para o mercado interno que se atingiu um crescimento favorável da agricultura nos anos 1980 (quando comparado com a performance do conjunto da economia), visto que o crescimento das culturas de exportação não teria sido suficiente para determinar esse resultado, especialmente considerando-se os limites impostos pela depreciação dos preços internacionais das *commodities* agrícolas na época (Goldin; Resende, 1993, p. 71).

⁵ “Nosso referencial está fundamentado nas leituras das obras clássicas da agricultura, sobretudo Marx, Kautsky e Lenin, além dos principais intérpretes da formação social brasileira, em especial Ignácio Rangel. Tal opção teórico-metodológica implica em uma análise dos dados concretos do desenvolvimento histórico brasileiro, não nos permitindo portanto concordar com o romantismo cristão-idealista que

demonstra que a hegemonia alcançada pela geocrítica no Brasil é tão grande que discordâncias radicais só costumam surgir quando reproduzem os embates internos à tradição marxista ou, em outros casos, alguns antagonismos entre marxistas e teóricos críticos de influência pós-modernista, como José W. Vesentini – que nem por isso deixam de convergir com o marxismo em vários pontos (Diniz Filho, 2003). Mas, seja como for, as estatísticas usadas por essa geografia marxista-leninista confirmam a superação da dicotomia entre mercado interno e externo, pois mostram que o consumo doméstico dos alimentos exportados pelo Brasil é maior do que as exportações desses alimentos, como se pode ver na tabela 2.

Tabela 2
Participação das exportações na produção total de produtos selecionados
Brasil
1996-2001

Produtos	Em porcentagem				
	1996	1998	1999	2000	2001
Óleos Vegetais em Bruto	40,40	34,72	39,20	36,36	45,81
Soja em grão	15,13	28,44	30,55	34,68	40,92
Carnes de aves abatidas	10,30	10,16	15,29	12,53	18,91
Madeira e mobiliário	8,13	8,77	15,25	15,04	17,85
Carne bovina	3,47	4,56	7,22	6,75	10,78

Fonte: Benetti, 2004 citado por Broietti; Medeiros; Sampaio, 2005, p. 22

Desse modo, é um erro pensar na soja como uma cultura que só se destina à exportação, como também não se pode pensar que a alimentação dos brasileiros continua tão dependente do arroz, feijão, milho e mandioca quanto nos anos 1970. Daí os autores acertarem quando dizem que “os setores exportadores são concomitantemente os que mais desenvolveram o consumo interno nas últimas décadas (laranja, frango, açúcar, frutas, entre outros)” (Broietti; Medeiros; Sampaio, 2005, p. 22). As pesquisas realizadas sobre disponibilidade de alimentos dentro dos domicílios confirmam plenamente o diagnóstico desses autores e de Graziano da Silva sobre os efeitos da integração entre agricultura e indústria na definição da pauta de consumo interno, como segue:

defende a agricultura familiar e camponesa como sinônimo de justiça social no campo” (Broietti; Medeiros; Sampaio, 2005, p. 8).

Alimentos e grupos de alimentos cuja participação na dieta aumentou entre 1974-1975 e 2002-2003 incluem carnes em geral (aumento de quase 50%), carne bovina (aumento de 22%), carne de frango (aumento de mais de 100%), embutidos (aumento de 300%), leite e derivados (aumento de 36%), óleos e gorduras vegetais (aumento de 16%), biscoitos (aumento de 400%) e refeições prontas (aumento de 80%). Alimentos e grupos de alimentos que mostraram tendência inversa incluem arroz (redução de 23%), feijões e demais leguminosas (redução de 30%), raízes e tubérculos (redução de 30%), peixes (redução de quase 50%), ovos (redução de 84%) e gordura animal (redução de 65%) (IBGE, 2004, p. 37).

Em síntese, é por deixarem de considerar as informações sobre rendimento físico por cultura e os efeitos da integração entre agropecuária e indústria que Christiane e Rosana Campos se equivocam ao comentar o “paradoxo de que quanto mais cresce o agronegócio mais faltam alimentos para o povo” (Campos; Campos, 2007). A verdade é que as pesquisas sobre estado nutricional demonstram ter ocorrido exatamente o inverso, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 3
Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 anos ou mais de idade, por sexo
Brasil
1974-75 / 1989 / 2002-03

Período	Masculino			Feminino		
	Déficit	Excesso	Obesidade	Déficit	Excesso	Obesidade
1974-75 (1)	7,2	18,6	2,8	10,2	28,6	7,8
1989 (2)	3,8	29,5	5,1	5,8	40,7	12,8
2002-03	2,8	41	8,8	5,4	39,2	12,7

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índice de Preços, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975; IBGE em convênio com o Inan - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição 1989, Pesquisa Nacional sobre Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Exclusive Norte, as áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste.

(2) Exclusive a área rural da Região Norte.

Segundo esses dados, publicados na Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 – POF, houve um processo contínuo de redução dos déficits ponderais de peso do conjunto da população adulta nos últimos trinta anos, até o ponto em que o problema da desnutrição foi virtualmente eliminado.

Realmente, a Organização Mundial de Saúde – OMS considera que menos de 5% dos indivíduos em qualquer grupo populacional são constitucionalmente magros, pois apresentam Índice de Massa Corporal – IMC inferior ao padrão considerado normal devido a características genéticas, e não por alimentação insuficiente. Assim, a tabela demonstra ausência de exposição relevante da população masculina à desnutrição já no ano de 1989, enquanto a população feminina chegou ao período 2002-2003 com uma exposição muito baixa, apenas 0,4% acima do limite de 5%. As medidas antropométricas revelam que a desnutrição deixou de ser um problema nacional e de grandes dimensões justamente na medida em que avançava a modernização agrícola.

A esse respeito, é significativo que o período no qual se deu a queda mais acelerada do percentual de pessoas com déficit de peso, conforme a tabela 3, foi de meados dos anos 1970 até 1989, quando a frequência das situações de déficit de peso caiu praticamente pela metade. Exatamente num período em que não havia políticas de transferência de renda e no qual o Brasil mergulhou na crise que ficou conhecida como a “década perdida”, apesar do bom desempenho em termos de produtividade agrícola, como visto.

E não se pense que a agregação dos dados da POF para o conjunto da população brasileira estaria ocultando uma alta frequência de déficits entre as populações de baixa renda ou nas regiões menos desenvolvidas do país, conforme os livros didáticos costumam inferir com base numa confusão primária entre pobreza absoluta e desigualdade de renda, que é uma medida de pobreza relativa⁶. As informações referentes ao quinto mais pobre da população revelam que a situação nutricional evoluiu para essa faixa de

⁶ Segundo Vesentini (1998, p. 175 – itálico no original), “[...] a média de consumo de alimentos do país está dentro daquilo que é considerado como recomendável pela FAO e OMS, ou seja, uma ração balanceada em torno de 1.000 gramas ou 2.500 calorias por dia. A média nacional está cerca de 3% acima desse padrão. Mas há regiões, especialmente o Nordeste, em que o consumo fica bem abaixo dessa média nacional; aliás, nas camadas populacionais de baixa renda, em todo o país, o consumo diário de calorias, proteínas e vitaminas é muito baixo, caracterizando uma desnutrição. [...] É preciso lembrar que as desigualdades sociais no Brasil são das maiores do mundo e que uma *média* apenas 3% acima do mínimo recomendável indica que, como a minoria rica consome muito, a maioria da população, em especial as camadas de baixa renda, tem necessariamente um nível de consumo alimentar bem abaixo desse mínimo”. Ora, inferir que **a maioria da população** tem necessariamente um baixo consumo alimentar só com base no consumo médio nacional é um absurdo, pois assim a tal “minoria rica” (cujo número não foi especificado) teria de sofrer de obesidade mórbida em 100% dos casos! Inferências tão descabidas quanto essa se repetem num livro recente do autor, o qual também cometeu um erro grosseiro ao dizer que, segundo a POF, 4% da população brasileira é “subnutrida” – sic! (Vesentini, 2005, p. 235-249).

rendimento do mesmo modo que para o conjunto da população, ou seja, por meio da quase eliminação das situações de déficit e do crescimento acelerado do excesso de peso e da obesidade, conforme a próxima tabela.

Tabela 4

Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 anos ou mais de idade, por sexo, segundo o quinto de menor rendimento monetário mensal familiar per capita

Brasil

1974-75 / 1989 / 2002-03

Período	Masculino			Feminino		
	Déficit	Excesso	Obesidade	Déficit	Excesso	Obesidade
1974-75 (1)	9,5	5,7	0,5	16	15,7	2,7
1989 (2)	4,4	14,8	1,9	8,1	34,2	9,7
2002-03	4,3	27	4,5	6,6	38,2	11,8

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índice de Preços, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975; IBGE em convênio com o Inan - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição 1989, Pesquisa Nacional sobre Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Exclusive Norte, as áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste.

(2) Exclusive a área rural da Região Norte.

Portanto, seja para o conjunto da população, seja para os mais pobres, está claro que a frequência de pessoas com excesso de peso ou com obesidade supera em muitas vezes a frequência daqueles em situação de déficit. Já no que diz respeito às diferenças verificadas por Grande Região, a conclusão da POF é esta: “Em linhas gerais, repete-se em cada região o padrão de evolução do perfil antropométrico-nutricional observado para o País como um todo, ficando a exceção por conta da evolução do excesso de peso e da obesidade em mulheres no período de 1989 a 2002-2003” (IBGE, 2004, p. 47). De fato, se houve redução do excesso de peso na população feminina do conjunto do país e em quase todas as Grandes Regiões nesse período, conforme a tabela 3, o mesmo não ocorreu no Nordeste, onde continuou havendo aumento das situações de excesso de peso e de obesidade entre as mulheres.

Sintetizando, a análise de resultados dessa pesquisa conclui, entre outras coisas, que:

- 1) A prevalência de déficits ponderais na população adulta brasileira em 2002-2003 indica exposição de baixa magnitude à desnutrição para a população feminina das áreas rurais do Nordeste, e para mulheres pertencentes a famílias com rendimentos mensais de até um quarto de salário mínimo per capita. Para os demais estratos da população feminina e para todos os estratos da população masculina, as evidências apontam ausência de exposição relevante à desnutrição.
- 2) A evolução da prevalência de déficits ponderais nas últimas três décadas indica declínio contínuo da exposição à desnutrição em todas as regiões do País e em todas as classes de rendimento. No caso da população masculina, situações de leve exposição à desnutrição evoluem para ausência de exposição. No caso da população feminina, situações de moderada ou leve exposição à desnutrição evoluem para situações de exposição leve ou inexistente à desnutrição (IBGE, 2004, p. 49).

Está claro que os últimos trinta anos mudaram completamente o Brasil estudado por Josué de Castro em seu clássico *Geografia da fome*, pois a desnutrição deixou de ser uma questão nacional de grandes dimensões para se tornar um problema residual, presente em poucos estratos da população e, mesmo assim, com baixa magnitude. Assim como nos países desenvolvidos, os maiores problemas nutricionais brasileiros, hoje, estão no excesso de peso e na obesidade. Contudo, lê-se no site do IX Colóquio Internacional de Geocrítica que “vive-se no Brasil e em outras partes da América Latina uma situação surreal em que se produz e exporta tantos alimentos, entretanto grande parte da população tem dificuldade de se alimentar, conforme revelam a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e outros estudos” (Campos; Campos, 2007). Ora, a situação seria “surreal” apenas se o número de pessoas expostas à desnutrição permanecesse o mesmo à medida que a produção de alimentos aumenta, mas o que a POF demonstra é justamente o inverso do que as autoras sugerem ao citar essa pesquisa (que, aliás, não consta na bibliografia do artigo).

Mas ao invés de analisarem a série histórica dos indicadores de situação nutricional da POF (bastante divulgados pela imprensa) as autoras preferiram recorrer ao conceito de “segurança alimentar”. Assim, com base no suplemento especial sobre segurança alimentar da PNAD 2004, o artigo assegura que há

no Brasil 39,9 milhões de pessoas expostas à insegurança alimentar grave ou moderada (Campos; Campos, 2007)⁷. Todavia, é preciso observar que, como as informações da PNAD sobre segurança alimentar não possuem série histórica (IBGE, 2006), não servem para corroborar a ideia de que haveria uma carência de “alimentos para o povo” crescendo à medida que o agronegócio se expande. Ao mesmo tempo, a queda do déficit de peso e o aumento das situações de excesso e de obesidade, que ocorreram em todas as faixas de renda nos últimos trinta anos, evidenciam que a disponibilidade de alimentos cresceu para toda a população, o que, logicamente, tem de levar à melhora das condições de segurança alimentar, e não o contrário.

Outra razão pela qual não faz sentido atribuir a existência de milhões de pessoas expostas à insegurança alimentar ao suposto desinteresse do agronegócio em produzir alimentos para essa população é que o próprio suplemento da PNAD 2004 procura demonstrar que esse fenômeno é um problema de renda. A aferição do conceito de segurança alimentar foi feita por meio de entrevistas nas quais uma pessoa respondia a quinze questões objetivas sobre a alimentação dos moradores do domicílio e sobre eventuais dificuldades para a compra de comida provocadas por falta de dinheiro⁸. E nem poderia ser diferente, já que essa pesquisa foi elaborada para justificar o marketing montado pelo governo em torno do Fome Zero – embora esse programa nunca tenha saído do papel (Kamel, 2007) –, e não uma reforma agrária “ampla e massiva”, a qual o governo não está interessado em executar⁹.

⁷ A passagem do texto em que essa e outras informações são citadas está tão mal redigida que induz o leitor a pensar que os dados são da POF (IBGE, 2004), e não do mencionado suplemento da PNAD. O texto também errou ao citar 39,9 milhões de pessoas expostas a insegurança alimentar, pois o número correto, segundo esta última pesquisa, é de 39,5 milhões (IBGE, 2006, p. 28).

⁸ “A cada pergunta da escala, referente ao período de noventa dias que antecede ao dia da entrevista, são dadas as alternativas de respostas ‘Sim’ e ‘Não’ e, se a resposta é afirmativa, pergunta-se a frequência de ocorrência do evento nesse período, oferecendo-se as seguintes alternativas de respostas: ‘em quase todos os dias’, ‘em alguns dias’ e ‘em apenas um ou dois dias’” (IBGE, 2006, p. 26). Quanto maior o número de respostas afirmativas, mais pontos são marcados na escala, o que permite classificar o domicílio em situações de segurança ou insegurança alimentar e também conforme três graus de insegurança: leve, moderada e grave.

⁹ “Tão logo tomou conhecimento dos primeiros resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, [o governo] tratou de encomendar ao IBGE uma outra pesquisa para demonstrar que, se há poucos magros, há muitos famintos em potencial. O problema é que as perguntas da pesquisa [o suplemento da PNAD 2004] foram feitas de tal modo que os resultados eram mais do que previsíveis (Kamel, 2006, p. 111)”.

Mas mesmo essa associação entre renda e insegurança alimentar esbarra no paradoxo evidente entre os resultados da última POF e os da PNAD 2004, pois a primeira pesquisa revela que há uma exposição muito baixa da população adulta à desnutrição, ao passo que a segunda registra situações de insegurança em número gigantesco. Esse contraste salta aos olhos principalmente quando se consideram as informações referentes ao estrato da população que possui renda domiciliar per capita de até um quarto do salário mínimo. A POF registra que, no período 2002-2003, não há exposição relevante dos homens desse grupo à desnutrição, enquanto as situações de excesso de peso e de obesidade somam 24,0%. No caso das mulheres, as situações de déficit estão apenas 3,5% acima do limite de 5%, enquanto nada menos que 40,9% se encontram com excesso de peso ou obesidade (IBGE, 2006, p. 44). Contudo, os dados do suplemento da PNAD para 2004 registram que 83,4% da população total desse estrato estava em situação de insegurança alimentar leve (21,0%), moderada (33,7%) ou grave (28,6%). A conclusão óbvia da comparação desses resultados é que a PNAD 2004 classificou como moradores de domicílios em estado de insegurança alimentar pessoas com excesso de peso ou até obesidade. Como se explica isso?

Bem, a diferença fundamental entre as duas pesquisas é que as informações da PNAD derivam de declarações de pessoas entrevistadas, enquanto as da POF se baseiam na aferição do IMC e no acompanhamento direto da disponibilidade de alimentos dentro dos domicílios. Portanto, o conceito de segurança alimentar usado na primeira pesquisa se refere à **percepção** que os indivíduos têm a respeito da quantidade e variedade dos alimentos que consomem (IBGE, 2006), sem levar em conta informações diretas sobre o seu estado nutricional. Ocorre que a percepção das pessoas sobre a qualidade de sua alimentação é eivada de valores culturais e sociais, de modo que a população de baixa renda tende a imitar os hábitos de consumo dos estratos de renda mais elevada. Indivíduos de baixa renda tendem a avaliar que a alimentação de suas famílias tem pouca variedade porque só esporadicamente inclui iogurte, carne bovina e outros alimentos consumidos com maior frequência por pessoas de renda mais alta, muito embora o

consumo rotineiro de arroz, feijão, carne de frango e leite dessas famílias esteja de acordo com as recomendações nutricionais da OMS e de outras instituições. Assim, para identificar os casos em que os indivíduos pesquisados podem realmente apresentar problemas de saúde relacionados à alimentação, a POF utiliza os conceitos de desnutrição e de obesidade, sendo o primeiro definido como o quadro clínico característico do consumo insuficiente de calorias e o segundo como o quadro que deriva do consumo excessivo (IBGE, 2004, p. 25). E a medida usada para avaliar as situações de déficit e de obesidade é o cálculo do IMC, como visto. Já o suplemento da PNAD 2004 não consegue identificar problemas nutricionais, pois o conceito de segurança alimentar não se baseia em critérios clínicos.

De fato, a única pergunta do questionário da PNAD 2004 que, à primeira vista, poderia permitir uma avaliação um pouco mais objetiva do estado nutricional dos entrevistados é a seguinte: “Algum morador de 18 anos ou mais de idade perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida devido à falta de dinheiro para comprar comida”? Mas, na explicação sobre os critérios usados para caracterizar o estado de insegurança alimentar, a pesquisa informa que foi levado em conta apenas a percepção do entrevistado, ou seja, os casos em que “foi percebido emagrecimento, mesmo que a perda de peso não tenha sido expressiva ou mensurada em balança” (IBGE, 2004, p. 129).

Até mesmo o conceito de fome usado nessa pesquisa é psicológico, pois diz respeito à “condição definida como uma sensação de ansiedade e desconforto provocada pela falta de comida” (PNAD, 2004, p. 132). Por exemplo, se o entrevistado afirma que, nos noventa dias anteriores à realização da entrevista, sentiu fome pelo menos uma vez, mas não comeu por falta de dinheiro, então se considera que ele passou fome, mesmo que não apresente déficit de peso. Aliás, pelos critérios dessa pesquisa, as situações de insegurança alimentar moderada ou grave, embora indiquem “limitação de acesso quantitativo aos alimentos”, podem ocorrer “**com ou sem o convívio com situação de fome**” – sic! (IBGE, 2006, p. 28 – sem negrito no original). Considera-se que há limitação quantitativa de acesso à comida mesmo quando

os moradores do domicílio têm peso normal ou excessivo e não passam fome, mas também não comem tudo o que gostariam ou acham que deveriam comer. Ou seja, a pesquisa considera que há insegurança alimentar moderada ou grave em domicílios onde os moradores não conseguem ficar gordos ou engordar ainda mais!

Nesse contexto, não se pode usar as informações sobre segurança alimentar para dizer que há pessoas com problemas de saúde por falta de comida, pois a PNAD 2004 não aferiu isso. Revela-se, assim, a contradição dessa pesquisa, pois ao usar o termo “insegurança”, denota uma situação de risco à saúde relacionada ao consumo de alimentos, algo que só poderia ser aferido com base em critérios clínicos que a pesquisa não leva em conta. Ora, o estudo que utiliza esse tipo de critério é a POF, justamente a pesquisa que demonstra a baixa magnitude das situações de déficit de peso na população brasileira, mesmo a mais pobre.

A verdade é que levantamentos sobre segurança alimentar servem apenas para justificar a existência de programas de combate à fome num país em que a exposição à desnutrição já está quase completamente eliminada. Daí porque o governo encomendou uma pesquisa que utiliza conceitos de fome e de insegurança alimentar próprios para estudar países desenvolvidos (como os EUA, que já possuem programas de auxílio alimentação desde os anos 1930), e outros que, como o Brasil, já avançaram muito em termos de renda per capita, industrialização e modernização agrícola. Ou seja, conceitos adequados para países onde a desnutrição é inexistente ou quase inexistente, mas onde há pessoas que não conseguem reproduzir o padrão alimentar que elas, mesmo quando já estão acima do IMC recomendado, julgam que as pessoas de renda mais alta têm.

Todavia, ainda há outra explicação para o paradoxo entre os resultados das pesquisas sobre desnutrição e sobre segurança alimentar, a qual é de ordem metodológica. O jornalista Ali Kamel (2006, p. 111-114) efetuou uma crítica competente à metodologia do suplemento da PNAD 2004, a qual usou um conceito ambíguo de segurança alimentar (embora equivalente ao utilizado em outros países) e coletou dados por meio de um questionário repleto de

perguntas mal redigidas e com poucas informações que orientassem os entrevistadores de modo a evitar interpretações subjetivas das respostas. Embora não seja o caso de detalhar tais críticas no âmbito deste trabalho, vale a pena mencionar um dos exemplos hipotéticos que esse autor elaborou para ilustrar de que modo o questionário sobre segurança alimentar superestima as situações de fome:

“Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?”. “Sim”, seria a resposta de alguém que, no fim da tarde, deixasse de comer um sanduíche no McDonald’s, porque o dinheiro está curto, sendo obrigado a matar a fome no jantar, em casa (Kamel, 2006, p. 112).

Em suma, mesmo que os dados de segurança alimentar não fossem questionáveis, e ainda que não formassem um paradoxo com as informações sobre estado nutricional baseadas em critérios clínicos, não serviriam para sustentar a associação entre agronegócio e insegurança alimentar. As ilações desprovidas de lógica feitas a partir da leitura dos dados derivam do pressuposto equivocado de que as grandes empresas capitalistas não precisam se preocupar em atender adequadamente às necessidades dos consumidores para auferirem lucros. Como é a regra na geografia agrária brasileira, responsabiliza-se o agronegócio por problemas de nutrição que praticamente já deixaram de existir, e isso graças, principalmente, aos investimentos do agronegócio na modernização das atividades agrícolas!

Mas, não satisfeitas em tentar ver falta de alimento onde isso não existe, Christiane e Rosana Campos ainda vão além no esforço para satanizar o agronegócio, afirmando também que houve aumento da desigualdade de renda e da pobreza absoluta no meio rural nos anos 1980-1991, de acordo com pesquisas realizadas em 1992 e em 1998. De novo, os números apresentados não justificam a imputação de culpa ao agronegócio, posto que esse período foi marcado por uma crise inflacionária aguda, cujos efeitos sobre a distribuição de renda são concentradores em todos os setores de atividade. Além disso, taxas de inflação muito altas distorcem o próprio cálculo da desigualdade de renda

(Neri, 2006, p. 147), o que permite indagar o motivo de as autoras terem citado pesquisas e estatísticas relativas à década de 1980 se já havia séries históricas mais recentes para consultar. De acordo com estudos baseados na série histórica da PNAD, **houve queda da desigualdade de renda, da pobreza e da miséria no período de 1995 em diante**, sendo que a população rural não ficou excluída desse processo (Hoffmann, 2006; Neri, 2006, p. 139). E a grande ironia é que, de acordo com Cláudio Salm (2006) – um economista de esquerda que questiona a importância das políticas de renda na explicação da queda da desigualdade –, uma das razões dessa queda é justamente a expansão da agricultura no Centro-Oeste. Segundo o autor, esse processo contribuiu para desconcentrar espacialmente a economia e tornou o mercado de trabalho nacionalmente mais homogêneo. E é desnecessário lembrar que a concentração fundiária é particularmente alta nessa região, onde o agronegócio tem expandido as fronteiras da soja com grande velocidade¹⁰.

Quando falam do avanço da fronteira agrícola, porém, as autoras preferem destacar apenas seus impactos ambientais. Afirmam que “os biomas mais atingidos pelo ciclo da soja são o Cerrado e a Amazônia, já bastante degradados pela conversão de suas áreas em pastagens”, e lembram que existe um consenso entre os ambientalistas quanto aos inúmeros efeitos ambientais negativos da monocultura (Campos; Campos, 2007). No entanto, deixam de mencionar que não existe uma convergência de interesses e concepções de sustentabilidade ambiental entre as organizações de “camponeses” e as ambientalistas, mas apenas alianças entre os setores ideológicos de esquerda presentes nos dois grupos, que são ambos muito heterogêneos. No Brasil, por exemplo, há inúmeros conflitos entre

¹⁰ Sobre as relações de trabalho, vale mencionar que havia 909 mil menores de quatorze anos trabalhando na agricultura familiar em 2006, conforme apurado pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2009). Além disso, alguns estudos sobre a agricultura no Sul do Brasil revelam que “as piores condições de trabalho nas quais os boias-frias estão submetidos foram encontradas nas pequenas propriedades, sobretudo os boias-frias do café no norte do Paraná. [...] O pequeno proprietário, que não se utiliza do intermediário e mantém uma relação direta com o boia-fria, na grande maioria dos casos, não registra o trabalhador em CTPS [Carteira de Trabalho e Previdência Social], não fornece os equipamentos de segurança e realiza o transporte em veículos inadequados como ‘caminhonetes’ e carrocerias tracionadas por tratores. Além disso, quando não consegue vender a safra por um preço que lhe permita pagar o financiamento ou outras contas, além da compra da mão-de-obra, não salda suas dívidas com os boias-frias” (Broietti; Medeiros; Sampaio, 2005, p. 69).

organizações de defesa do meio ambiente e o projeto de reforma agrária do MST e de outras entidades de “luta pela terra” (Olmos et. al, 2007).

Foi deixado de lado também que, embora sejam válidas as críticas contra os impactos ambientais da modernização agrícola, a importância social desse processo não pode ser negada. Graças à revolução verde, a produção mundial de alimentos dobrou no período 1960-1985, ocasionando assim uma ampliação de 40% na oferta per capita de alimentos (Almeida, 2002). Esse resultado foi obtido graças à elevação da produtividade da terra e da incorporação de novas áreas, sendo que a produtividade tendeu a se impor como o principal fator de aumento da produção agrícola nesse período, como aconteceu no caso do Brasil (Diniz Filho, 2000). De 1985 em diante, verificou-se uma tendência à diminuição do ritmo de crescimento da produtividade e até à queda dos índices, no que vem sendo denominado de “crise da agricultura convencional” (Almeida, 2002). Mas, como a agricultura moderna continuou a se expandir geograficamente, por meio do avanço da fronteira e também da modernização de estabelecimentos que operavam em moldes tradicionais, o ritmo de aumento da produção continuou superior ao crescimento demográfico mundial. Teria sido possível alcançar tais resultados por meio de uma “agricultura camponesa” baseada na policultura e avessa à “lógica produtivista” da revolução verde? A resposta é não, pelos seguintes motivos:

1. Uma agricultura de baixa produtividade exigiria a ampliação das áreas plantadas em escala muito maior para chegar a resultados semelhantes, o que implicaria destruir áreas ainda mais vastas de vegetação natural;
2. Sem um crescimento acelerado da produtividade da mão-de-obra agrícola não seria possível combinar aumento da oferta de alimentos com redução dos preços ao consumidor na mesma proporção em que isso ocorreu nas últimas décadas, já que os custos de produção tenderiam a se manter elevados;
3. Nem a “crise da agricultura convencional” nem a bem-vinda expansão das alternativas agroecológicas foram suficientemente intensas para fazer pensar que esta última já está em condições de se impor como sistema agroalimentar predominante. A agroecologia padece de indefinições conceituais, além de contar ainda com um número de experiências de sucesso insuficiente para provar seu potencial de

generalização como sistema produtivo¹¹. E tem sido difícil para a agroecologia acelerar sua expansão e ainda oferecer produtos a preços aceitáveis sem abrir mão de alguns princípios agroecológicos. Na Europa, o princípio de manter a independência dos produtores em relação aos subsídios estatais já foi abandonado (Schmidt, 2002, p. 110-115). Se a sustentabilidade econômica e ambiental da agroecologia está ainda em construção nos dias de hoje, como reconhecem pesquisadores entusiastas do sistema (Darolt, 2004), o que dizer do último meio século.

Portanto, conclui-se que, a menos que se considere a fome um preço aceitável a pagar em nome da conservação dos biomas, a condenação categórica da modernização agrícola ocorrida no último meio século e de seu principal agente, a empresa agrícola moderna, nada mais é do que retórica político-ideológica disfarçada de preocupação com problemas ambientais. A mesma retórica que conduz ao equívoco complementar de estabelecer uma identificação direta entre “agricultura camponesa” e preservação do meio ambiente.

A incorporação de elementos econômicos e tecnológicos da agricultura patronal é uma estratégia amplamente utilizada por agricultores familiares do mundo todo para se manterem competitivos no bojo da modernização agrícola, embora frequentemente tal incorporação fique incompleta devido à falta de capital para investimento e das características de muitas propriedades familiares, tais como pequena dimensão ou relevo inclinado. Vem daí a necessidade de trabalhar com tipologias, como na conhecida pesquisa internacional coordenada por Hughes Lamarche (1993), que identificou quatro modelos básicos de agricultura familiar segundo o tipo e grau de dependência financeira, de mercado e tecnológica da sua organização produtiva. Portanto, é notório que a monocultura, a mecanização e o uso de pesticidas e fertilizantes químicos são amplamente disseminados entre as unidades de produção familiares. Em função disso, a agricultura de pequenas propriedades e baseada no trabalho familiar pode ser até muito mais danosa para o meio ambiente do que a agricultura patronal tecnificada. Segundo pesquisa do Imazon, a taxa de

¹¹ “[...] existe um grande vácuo atual entre um discurso agroecológico de caráter fortemente ideológico, que tenta implementar políticas públicas, como é o caso no Rio Grande do Sul, e a prática ‘agroecológica’ real, que mais se aproxima de uma agricultura poupadora de insumos e menos impactante do meio ambiente, em nada se distinguindo das múltiplas versões de ‘agricultura sustentável’ muito em voga nos meios oficiais e não-governamentais pelo mundo afora” (Almeida, 2002, p. 38).

desmatamento nos projetos de reforma agrária implantados na Amazônia Legal de 1970 a 2002 (frequentemente associados à abertura de rodovias) é quatro vezes maior do que a taxa média vigente na região (Olmos et. al., 2007, p. 4). Especificamente no caso das tecnologias de produção agrícola, a opção dos agricultores familiares pelo uso de máquinas e produtos químicos é estimulada pelo interesse de eliminar certos tipos de trabalho braçal muito penosos. Qualquer um que já tenha visitado uma produção familiar de morangos orgânicos, por exemplo, sabe o quanto a conversão para esse sistema produtivo implica em termos de aumento de trabalho braçal e repetitivo, posto que as folhas doentes precisam ser arrancadas manualmente¹².

Não existe, pois, qualquer associação necessária entre agricultura familiar e agroecologia, verificando-se uma grande diversidade de agentes sociais envolvidos com as formas de produção agroecológicas, tais como “neorurais”, agricultores familiares e produtores pluriativos (Brandenburg, 2002; Karam, 2004). E, embora a grande maioria dos produtores agroecológicos seja classificável como familiar – o que não significa necessariamente “camponesa” –, existem empresas de pequeno e médio porte operando dentro desse sistema produtivo (Darolt, 2004). A diversidade das experiências de superação da agricultura convencional, tanto no Brasil quanto na Europa, demonstram que “[...] a agricultura ecológica não constitui uma estratégia de reprodução de uma categoria social específica, não podendo ser considerada como uma solução para as questões relacionadas à sobrevivência e reprodução de uma determinada categoria” (Brandenburg, 2002, p. 14).

A descon sideração da complexidade social da agroecologia pode até prejudicar a expansão desse sistema produtivo, exatamente por reforçar a tendência histórica à ideologização do discurso agroecológico. Ao estudar a trajetória da agroecologia no Rio Grande do Sul, Jalcione Almeida (2002, p. 34) sustenta que, nas décadas de 1970 e 1980, as tecnologias agrícolas alternativas não eram defendidas com base num modelo produtivo bem definido, mas sim em críticas gerais à sociedade industrial provenientes dos

¹² Aula de campo realizada em 02.07.2005, quando foram entrevistados os proprietários da chácara Morango Natural e Hortaliças, no município de Colombo (PR). A mão-de-obra empregada nessa chácara é totalmente familiar porque, segundo os proprietários, nenhum dos trabalhadores contratados para a retirada manual das folhas doentes durou mais de uma semana no serviço, que exige esforço e atenção.

movimentos de contracultura, às quais se somavam os segmentos ditos “progressistas” da igreja católica e os partidos de esquerda. Nessa época, os defensores da agroecologia enxergavam o Estado como um inimigo, em virtude das políticas oficiais de apoio à modernização agrícola. No início dos anos 1990, porém, houve uma aproximação entre agentes não governamentais e instituições do Estado (como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa), a qual foi reforçada no final dessa década com a chegada de Olívio Dutra ao governo gaúcho. Mas, de acordo com Almeida, esse conteúdo ideológico explícito parece ter prejudicado a difusão das propostas agroecológicas entre os produtores do estado, que as identificavam com um ideário partidário específico e com determinados grupos políticos.

À luz dessas considerações, cabe indagar: se a visão dicotômica que pauta o diagnóstico das cadeias agroalimentares efetuado por Christiane e Rosana Campos contém tantas conclusões frágeis e equivocadas, o que dizer das soluções que as autoras deveriam apresentar com base na teoria social crítica? Bem, a verdade é que a proposta apresentada não é fruto da aplicação de um determinado método científico ao estudo do tema em foco, mas tão-somente da reprodução dos discursos usados por organizações de produtores rurais, especialmente a Via Campesina, para legitimar suas reivindicações junto ao Estado planejador (Campos; Campos, 2007).

Não há exagero algum em dizer que tais discursos e reivindicações são citados pelas autoras sem qualquer questionamento quanto à sua consistência lógica e nem sequer uma análise sobre a real viabilidade de compatibilizar todos os objetivos culturais, sócio-econômicos e ambientais atribuídos às políticas de segurança alimentar propugnadas pela Via Campesina. Não se discute, por exemplo, se uma eventual substituição do agronegócio por um sistema agrário “camponês” daria conta de suprir a demanda de alimentos em escala mundial (a qual tem crescido de forma acelerada nos últimos anos) a preços acessíveis para a população de baixa renda. Em nenhum momento se indaga se tal resultado poderia ou não ser obtido sem que os “camponeses” aderissem ao paradigma da revolução verde, com suas inegáveis consequências sobre o meio ambiente. Não se avalia se é de fato possível,

sobretudo nos países mais desenvolvidos, alcançar uma rentabilidade que garanta uma qualidade de vida satisfatória para os “camponeses” sem manter os preços dos alimentos muito elevados em função de políticas protecionistas e de subsídios, como tem acontecido até agora. Não é feita nenhuma reflexão sobre se esse tipo de apoio governamental reivindicado pelos “camponeses” europeus, com base no argumento da preservação da diversidade cultural, entre outros, não entra em contradição com o interesse econômico dos “camponeses” dos países menos desenvolvidos em vender seus produtos nos maiores mercados do planeta.

Enfim, o pressuposto de que a “agricultura camponesa” é virtuosa em todos os sentidos, ao contrário do agronegócio, já basta para as autoras escolherem um lado, restando-lhes assim tomar de empréstimo as soluções propostas pelo grupo virtuoso, em lugar de refletirem sobre as inúmeras propostas de políticas em debate e a viabilidade de cada uma delas. Deixam de atuar com a independência de pensamento que se espera de intelectuais públicos para se converterem em ideólogas de organizações políticas que se autodenominam “camponesas”. Não admira que seu artigo dedique cerca de doze páginas ao esforço de desconstruir o agronegócio e apenas umas duas páginas e meia para explicar a alternativa mencionada no título: nada é mais fácil do que copiar receita pronta.

Mas não valeria a pena fazer uma crítica detalhada do artigo publicado pelas autoras no site do IX Colóquio Internacional de Geocrítica se acaso esse viés ideológico de seu estudo fosse só uma peculiaridade de determinada corrente da geografia. De fato, os debates suscitados pela mesa redonda *Capitalismo e agricultura*, no XIX Enga, deram uma amostra da larga influência que esse tipo de visão exerce entre os geógrafos, o que justifica tecer alguns comentários sobre os argumentos apresentados nesse debate.

AGRICULTURA CAPITALISTA E REFORMA AGRÁRIA

Seria obviamente um exagero pensar que todos os geógrafos reproduzem a dicotomia agronegócio/campesinato tal como delineado na seção anterior. O professor Jacob Binsztok, nos debates que se seguiram à

mesa redonda de que participou no XIX Enga, fez uma série de ponderações bastante lúcidas sobre a questão. Ele lembrou que a empresa familiar reforçou a lógica da acumulação de capital e afirmou que é idealista acreditar não haver relações autoritárias de poder dentro das estruturas familiares. Observou ainda que os camponeses também são competitivos, conforme Lênin e Trotski já haviam assinalado ao discutir a diferenciação social no seio do próprio campesinato. E vale mencionar o paralelo que traçou entre o uso que vem sendo dado ao conceito de camponês e o “abastardamento” do conceito de comunidade, posto que, segundo ele, a comunidade não é aquilo que o pesquisador deseja. Mais adiante, ressaltou que a opção entre usar o conceito de camponês ou de agricultor familiar é uma questão de encaminhamento político, citando os exemplos da Central Única dos Trabalhadores – CUT e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – Contag, que preferem trabalhar com o segundo¹³.

Entretanto, o que predominou nas mesas redondas e na conferência de abertura foi a reprodução da dicotomia agronegócio/campesinato nos mesmos moldes dos estudos que opõem “terra de trabalho” e “terra de negócio”. O professor Carlos Antonio Aguirre Rojas começou sua conferência afirmando que o capitalismo se encontra numa crise “estrutural”, “terminal” e “civilizatória”, e que os “movimentos anti-sistêmicos” poderiam ser os embriões de uma sociedade socialista que talvez venha a existir após a extinção do capitalismo. Para exemplificar o potencial desses movimentos, como os de luta pela terra, citou algumas comunidades camponesas que tem estudado, nas quais “se respira um ar diferente”, isto é, um espírito coletivista oposto ao “individualismo feroz” próprio do capitalismo em seus estertores. Mais adiante, sustentou que os camponeses têm uma relação diferente com a terra e a natureza, concluindo que é preciso pensar numa sociedade em que a terra não seja tratada como

¹³ Essa fala ganha maior relevo quando se chama atenção para a tradicional influência de valores e pressupostos ideológicos nos estudos sobre a agricultura de pequenas propriedades, especialmente em áreas de fronteira agrícola. Já no início dos anos 1980, sociólogos e antropólogos brasileiros que estudavam os posseiros da Amazônia viam neles um modelo de campesinato econômica e ideologicamente adverso à instituição da propriedade privada, posto que centrado na concepção de “terra de trabalho”. Por outro lado, a intelectualidade conservadora costuma identificar nos agricultores familiares norte-americanos, responsáveis pela colonização das terras do interior do continente, os mais perfeitos representantes do individualismo liberal, fundamento da democracia nos EUA (Musumeci, 1988).

propriedade privada e como mercadoria, mas sim como “patrimônio da humanidade”.

Dois dias depois, porém, o *Jornal da cultura* noticiou que o ditador Raúl Castro vai realizar uma reforma agrária em Cuba com vistas a ampliar a produção agrícola. Esse contraste ilustra bem o diagnóstico de que, diante das reiteradas demonstrações de fracasso do modelo de economia planificada, as esquerdas socialistas têm se visto compelidas a assimilar valores e teorias próprias do humanismo e do pós-modernismo às teorias marxistas, algo visível na geografia (Diniz Filho, 2002; 2003). O elogio de tonalidades românticas ao chamado “campeinato” não deixa de ser uma manifestação desse processo, embora devam existir outros fatores que também contribuem para a influência desse tipo de visão nas ciências sociais. O filósofo Roberto Romano (1997), alguns anos antes da queda do Muro de Berlim, já havia demonstrado os pontos de contato que existem entre o conservadorismo romântico e o progressismo hegeliano, os quais, segundo o autor, ajudam a elucidar o distanciamento da maioria dos marxistas do final do século XX em relação ao espírito racionalista da obra de Marx.

Mas essa é uma explicação cuja validade para entender as mudanças recentes da geografia deverá ser testada em outros trabalhos de pesquisa. No momento, é preciso pôr em foco os debates suscitados pelas ideias expostas na seção anterior e pelas conclusões que extraí delas para a discussão da reforma agrária. Com efeito, encerrei minha fala com questionamentos ao projeto de “reforma agrária ampla e massiva” defendido por “movimentos de luta pela terra” e seus intelectuais acólitos. Para ser breve, expus tais questionamentos sob a forma de “exercícios de lógica”, isto é, de perguntas que evidenciam as contradições que os argumentos em defesa desse projeto implicam à luz das transformações ocorridas no Brasil nos últimos trinta anos. Vejamos esquematicamente quais foram essas perguntas e as objeções que lhes foram dirigidas.

1. Foi a grande empresa capitalista que aumentou a oferta de alimentos no mercado interno?

1.1. Se foi, então a visão de que as empresas agropecuárias visam a valorização do capital, e não o atendimento do mercado consumidor, está equivocada.

2. Ou a oferta de alimentos melhorou por que a agricultura familiar ampliou sua produção e produtividade?

2.1. Se foi isso, então a modernização agrícola não pode ser tão “excludente” quanto dizem.

3. Os geógrafos são unânimes em dizer que a concentração de terras vem se ampliando nas últimas décadas.

3.1. Se for verdade, então a concentração fundiária foi positiva para a produção de alimentos?

3.2. Ou uma coisa não tem nada a ver com a outra?

Já os argumentos lançados contra a pertinência dessas questões foram os seguintes:

Primeira objeção: a exposição baseou-se numa “lógica abstrata”, que não leva em conta outras questões e outras dimensões do rural.

Como toda lógica é formal ou abstrata, já que consiste nas regras que estruturam o pensamento racional (e a dita “lógica dialética” não foge a isso) fica claro que os “exercícios de lógica” acima são, nesse sentido restrito, tão “abstratos” quanto quaisquer outros. Mas é sabido, desde Aristóteles, que a estrutura do silogismo não garante a validade dos enunciados, a qual depende tanto da articulação lógica das premissas e da conclusão quanto da observação empírica, ou melhor, da correspondência entre o que é dito nas premissas acerca de determinados fenômenos e o que é observado sistematicamente nesses mesmos fenômenos. As perguntas que elaborei confrontavam os dados empíricos de produtividade agrícola e de estado nutricional com os argumentos usados em favor de certos projetos radicais de reforma agrária de modo a evidenciar as conclusões contraditórias a que esses argumentos conduzem quando se consideram tais dados. Nesse sentido, a lógica empregada em minha exposição é muito mais consistente do que a retórica que a acusa de abstrata para se esquivar de fazer uma análise da sua coerência interna e da metodologia de produção dos dados utilizados.

Segunda objeção: o enfoque econômico deixa de lado as dimensões ambiental, trabalhista, territorial e cultural da questão agrária, que são pesquisadas pela geografia.

Minha fala se concentrou nos indicadores de produção e produtividade agrícola, bem como nas informações da POF, porque não seria possível tratar das múltiplas dimensões do espaço rural em apenas vinte minutos. Mas não ignoro a multidimensionalidade dos conceitos de espaço rural e de território que vêm sendo utilizados por geógrafos agrários e outros pesquisadores nos últimos anos. Mas mesmo que eu ignorasse isso, a simples menção a problemas ambientais, trabalhistas, sociais e culturais acarretados pelo agronegócio não invalidaria em nada o meu diagnóstico e nem os questionamentos que fiz aos que defendem uma reforma agrária que confronte a agricultura patronal. Dizer simplesmente que “a questão é mais profunda” ou que “envolve uma complexidade de fatores” não invalida o diagnóstico de que a desnutrição foi praticamente eliminada nas últimas décadas mesmo sem ter havido a tal “reforma agrária ampla e massiva”. Mais uma vez, trata-se de uma retórica que visa descartar os argumentos apresentados sem discutir-lhes a consistência lógica e empírica.

Ademais, é significativo que, embora se clame por algum tipo de lógica não abstrata ou por uma análise profunda e complexa da questão agrária quando esse projeto de reforma é questionado, não se nota nenhuma grande complexidade ou sofisticação de raciocínio quando os “movimentos de luta pela terra” e seus intelectuais orgânicos criticam o agronegócio. Pelo contrário, o que se vê nessas críticas são sentenças que se encadeiam seguindo a mais simples noção de causa e efeito, tais como: “os capitalistas se preocupam em produzir para maximizar lucros não para atender necessidades” e, sendo assim, “quanto mais cresce o agronegócio mais faltam alimentos para o povo”. O mesmo ocorre quando se diz que, como o agronegócio visa o lucro, opera numa lógica produtivista que destrói a natureza, ao passo que a unidade de produção camponesa, por se ocupar apenas da reprodução de um modo de vida, é ambientalmente sustentável. Na seção anterior deste artigo, porém,

foram apresentadas várias conclusões de pesquisas que refutam esses encadeamentos causais simplistas e os raciocínios dicotômicos que eles visam legitimar, os quais só se sustentam quando deixam de lado justamente a heterogeneidade social da agricultura familiar e de suas lógicas produtivas.

Terceira objeção: as medidas antropométricas não levam em conta que a alimentação dos pobres não é saudável.

Estou habituado a esse argumento, que já ouvi de vários professores e alunos de geografia e de história em palestras e cursos (durante o Enga, felizmente, ninguém disse “não é isso o que a gente vê na rua”, frase que denota a má formação de muitos professores e alunos dessas disciplinas). Conforme respondi, os dados da POF não se baseiam apenas no cálculo do IMC, mas também na aferição da disponibilidade de alimentos dentro dos domicílios pesquisados. Com base nessas informações, a pesquisa concluiu que a alimentação das pessoas de baixa renda é variada e saudável, sendo que tanto as características positivas quanto negativas do padrão alimentar desse estrato da população se repetem nos estratos de maior renda. Para não sobrecarregar este artigo com dados, vou reproduzir três conclusões fundamentais da análise de resultados dessa pesquisa, conforme segue¹⁴:

- 1) padrões diversificados de consumo alimentar caracterizam as cinco grandes regiões do País, o meio urbano e o meio rural e os diferentes estratos socioeconômicos da população brasileira;
- 2) características positivas dos padrões de consumo alimentar, evidenciadas em todo o País e em todas as classes de rendimento, foram a adequação sistemática do teor protéico das dietas e o elevado aporte relativo de proteínas de alto valor biológico (proteínas de origem animal);
- 3) características negativas dos padrões de consumo alimentar, também evidenciadas em todo o País e em todas as classes de rendimento, foram o teor excessivo de açúcar nas dietas e o consumo insuficiente de frutas e hortaliças (IBGE, 2004, p. 39-40);

¹⁴ Note-se que esse resultado contradiz frontalmente as conclusões do suplemento de segurança alimentar da PNAD 2004, que afirma a existência de milhões de pessoas com alimentação inadequada tanto em quantidade quanto em variedade de alimentos.

Quarta objeção: Os dados do IBGE sobre produção agrícola e rendimento físico são superficiais e distorcem a realidade.

Essa réplica foi feita por Bernardo Mançano Fernandes numa outra mesa redonda, e é uma das poucas que realmente conseguem superar o nível da retórica para situar-se no plano do bom debate teórico e metodológico. Segundo ele, os dados do IBGE ocultam o papel do campesinato na produção de alimentos, posto que os camponeses produzem “em nome do agronegócio”.

As classificações de unidades de produção agropecuárias como familiares ou empresariais são bastante discutíveis, pois tudo depende da seleção dos critérios classificatórios, tais como: participação da mão-de-obra familiar no total da força de trabalho empregada, tipo de gestão (individual ou familiar), tamanho da propriedade, destinação de mercado dos produtos, investimento de capital, relação da família com a propriedade da terra, e assim por diante (IBGE, 2009; Buainain; Di Sabato; Ganziroli; 2004; Broietti; Medeiros; Sampaio, 2005; Lamarche, 1998; Oliveira, 1987). Os intelectuais marxistas privilegiam as relações de produção por partirem de uma teoria segundo a qual o assalariamento encerra mecanismos de exploração do trabalho, além de avaliarem que a lógica da acumulação capitalista implica decisões de investimento que acarretam problemas sociais graves e insolúveis nos marcos do capitalismo. Mas o problema é que, do ponto de vista do estado nutricional, pouco importa saber se as relações predominantes na produção agropecuária são familiares ou de assalariamento. Paraphrasing Marx, podemos afirmar que, quando a comida cai no estômago, ninguém pergunta como ela foi produzida. Tanto é assim que, mesmo que se assuma como verdadeira a afirmação de que a agricultura familiar produz alimentos “em nome do agronegócio”, isso em nada altera os “exercícios de lógica” que apresentei em minha palestra, conforme visto nos itens 2 e 2.1.

Realmente, **se a oferta de alimentos no mercado doméstico aumentou nos últimos trinta anos graças ao dito “campesinato”, então é forçoso concluir que a modernização agrícola não pode ser tão “excludente” como dizem**, já que uma ampla parcela, ou até a maioria dos

agricultores familiares, teria conseguido se reproduzir e se modernizar, ampliando a produção e a produtividade em seus estabelecimentos. E se isso aconteceu mesmo na ausência de uma “reforma agrária ampla e massiva”, então fica provado que o Brasil não precisa de uma reforma como essa para atender à demanda interna de alimentos. As propostas de reforma agrária precisam estar alicerçadas em outras justificativas.

Mas, mesmo que se desconsidere essa questão lógica, ainda é preciso esclarecer porque os dados do IBGE computariam parte da produção de alimentos realizada pela agricultura familiar como produção do agronegócio, já que as informações do Censo Agropecuário derivam de declarações feitas pelos produtores. Problema de classificação dos estabelecimentos agropecuários? Algum erro nos questionários? Como Fernandes não explicou isso, cabe apenas apresentar alguns dados para balizar melhor o debate. Segundo o Censo Agropecuário 2006, a agricultura familiar é amplamente predominante na produção brasileira de mandioca e feijão, além de produzir 58,0% do leite de vaca, de possuir 59,0% do plantel de suínos e 50,0% do plantel de aves. Todavia, a agricultura patronal, além de sua grande participação nos produtos citados, responde por 79,0% da produção de trigo, 70,0% dos bovinos, 66,0% do arroz e 54,0% do milho. No que diz respeito às culturas ditas “de exportação”, nota-se que os agricultores familiares participam com 38,0% da produção de café e 16,0% da produção de soja (IBGE, 2009). Em suma, os dados do Censo mostram que a agricultura familiar tem cumprido um papel importante, mas invalidam o diagnóstico de que esse segmento seja o principal responsável pela produção de “alimentos para o povo”, já que a produção familiar só é predominante na oferta de alguns produtos agropecuários e tem participação significativa na oferta de *commodities* como café e soja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme esclareci durante os debates realizados no XIX Enga, não ignoro a multidimensionalidade do rural e também não tenho nenhuma objeção a que se defenda a necessidade de políticas de reforma agrária com base em

argumentos de ordem ambiental, social e cultural. Mas é preciso deixar claro que, dentre os argumentos que costumam ser usados para defender esse tipo de política, há alguns que já perderam sua validade há décadas. Um deles é justamente a tese de que o Brasil precisa de uma “reforma agrária ampla e massiva” para resolver o problema da fome. Não! Esse é um problema residual e controlável com programas emergenciais de distribuição de alimentos em certas localidades (como algumas aldeias indígenas) ou políticas focalizadas de transferência de renda – algo muito diferente do conteúdo populista e assistencialista que o atual governo deu aos programas de transferência instituídos pelo governo anterior. À medida que a renda per capita e a produtividade agropecuária crescerem, como ocorreu nas últimas décadas, mesmo o pequeno percentual de pessoas que podem estar emagrecidas por alimentação insuficiente irão melhorar seu padrão de consumo alimentar, independentemente de receberem bolsas do governo ou não. Essa é a realidade que explica porque o Partido dos Trabalhadores – PT abandonou o objetivo de fazer uma reforma agrária maciça e limitou-se a dar continuidade à política fundiária do governo anterior, à qual havia se oposto tão fortemente¹⁵.

Portanto, se há bons argumentos ambientais, sociais e culturais para defender a reforma agrária, então os pesquisadores e professores devem usar esses argumentos para defendê-la, ao invés de recorrerem a qualquer ideia que possa servir a essa causa, sem preocupações com lógica e com verificação empírica. Afinal, já existem os políticos e os militantes de partidos, ONGs e “movimentos sociais” para defenderem causas (e interesses) com o uso da retórica política. Os acadêmicos só prestam uma contribuição original aos debates públicos quando se recusam a fazer retórica para defender causas e se concentram no esforço de produzir conhecimentos tão objetivos quanto possível. Um dos grandes males trazidos pela geocrítica está exatamente na dissolução das fronteiras entre discurso científico e retórica política, a qual é fruto de uma interpretação equivocada das pertinentes críticas que já foram

¹⁵ “Na visão dos opositores, o governo FHC não estava aplicando no país uma reforma agrária maciça [...], e sim uma política assistencialista de assentamentos rurais. Segundo eles, a preocupação governamental era ir à mídia anunciar o cumprimento de metas, tendo para isso inflado seus balanços. O governo, por sua vez, respondia com as metas sempre ‘devidamente cumpridas’. [...] o próprio PT, um crítico fervoroso da política fundiária de FHC, entrou exatamente no mesmo jogo” (Scolesi, 2004, p. 129).

feitas à noção de objetividade científica (em particular, nas ciências humanas e sociais) e ao princípio positivista da neutralidade do método. O uso de métodos tidos como adequados não dá garantias absolutas de que os enunciados científicos são de fato objetivos e neutros em relação a valores e interesses, mas a objetividade e a neutralidade têm de continuar existindo como compromissos que o cientista assume quando elabora e aplica seus métodos de pesquisa.

É por se preocuparem mais em servir à causa da reforma agrária do que em manter um compromisso com a busca de objetividade que muitos trabalhos de pesquisa e livros didáticos se equivocam ao aplicar um diagnóstico que fazia certo sentido nos anos 1970 para explicar a agricultura das décadas seguintes. E se os pesquisadores e professores continuarem a pensar o tema da reforma agrária com base na dicotomia agronegócio *versus* campesinato, correrão o risco de cometer equívocos tão grandes ao refletir sobre os benefícios ambientais, sociais e culturais dessa reforma quanto aqueles em que incorreram ao supor que o agronegócio não tem interesse em atender às necessidades dos consumidores por se preocupar apenas com lucros.

Bibliografia

ALMEIDA, J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 29-40, jul.-dez. 2002.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba-PR, n. 6, p. 11-28, jul.-dez. 2002.

BROIETTI, M. H.; MEDEIROS, M. C.; SAMPAIO, F. S. Dinâmica capitalista na agricultura brasileira: acumulação e relações de trabalho. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 11, p. 1-78, maio 2005.

BUAINAIN, A. M.; DI SABATO, A.; GANZIROLI, C. E. Agricultura familiar: um estudo de focalização regional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09O437.pdf>> Acesso em: 05 nov. 2010.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9.,

2007, Porto Alegre. Disponível em:
<<http://www.ub.es/geocrit/9porto/chriscam.htm>> Acesso em: 12 ago. 2007.

CAPEL, H. Las ciencias sociales en la solución de los problemas del mundo actual. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/col-9-001.htm>> Acesso em: 18 ago. 2007.

CARLOS, A. F. A. A “geografia crítica” e a crítica da geografia. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/anafani.htm>> Acesso em: 18 ago. 2007.

DAROLT, M. R. Agricultura orgânica: um estudo de sustentabilidade na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. In: MENDONÇA, F. A. (org.). **Cidade, desenvolvimento e meio ambiente: a abordagem interdisciplinar de problemáticas sociambientais urbanas de Curitiba e Região Metropolitana.** Curitiba: Editora UFPR, 2004.

DINIZ FILHO, L. L. A Geografia Crítica brasileira: reflexões sobre um debate recente. **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n. 3, p. 307-321, set.-dez. 2003.

DINIZ FILHO, L. L. Certa má herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In: KOZEL, S.; MENDONÇA, F. A. (org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

DINIZ FILHO, L. L. **A dinâmica regional recente no Brasil:** desconcentração seletiva com “internacionalização” da economia nacional. Doutorado em Geografia Humana – Departamento de Geografia da FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

FERREIRA, A. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/9porto/aferrei.htm>> Acesso em: 18 ago. 2007.

FONSECA, R. B.; SALLES FILHO, S. A agropecuária brasileira. In: Vários Autores. **Diagnósticos setoriais da economia paulista:** introdução geral e agropecuária. São Paulo: Seade, 1992 (Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI, 2).

GOLDIN, I.; RESENDE, G. C. jan. **A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise.** Rio de Janeiro: Ipea, 1993 (Série Ipea, 138).

HOFFMAN, R. Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil, de 1995 a 2005, e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (org.). **Desigualdade de renda no Brasil:** uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, v. 1, 2006.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003:** análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**: segurança alimentar 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. **Censo Agropecuário**: agricultura familiar, primeiros resultados 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

KAMEL, A. Livro didático e propaganda política. **O Globo**, 02 out. 2007.

KAMEL, A. **Não somos racistas**: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KARAM, K. F. Agricultura orgânica: um estudo para uma nova ruralidade. In: Mendonça, Francisco de Assis (org.). **Cidade, desenvolvimento e meio ambiente**: a abordagem interdisciplinar de problemáticas sociambientais urbanas de Curitiba e Região Metropolitana. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

LAMARCHE, H. (coord) **Agricultura Familiar**: comparação internacional. v. 1. Uma realidade multiforme. Campinas: UNICAMP. 1993 (Coleção Repertórios).

MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta**: colonização “espontânea”, camponato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice; Anpocs, 1988 (Coleção Socius, 2).

NERI, M. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, v. 1, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

OLMOS, F. et al. Reforma agrária, meio ambiente e unidades de conservação. Disponível em http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/msc_olmos_mst.pdf
Acesso em: 22 jul. 2007.

RANDOLPH, R. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/9porto/rainer.htm> Acesso em: 19 ago. 2007.

ROMANO, R. **Conservadorismo Romântico**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

SALM, C. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica. BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, v. 1, 2006.

SCOLESE, E. De FHC a Lula: manipulações, números, conceitos e promessas de reforma agrária. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 23, p. 123-138, 2004.

SCHMIDT, G. A agricultura e ecológica na Alemanha. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 105-116, jul.-dez. 2002.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. **Revista de Economia Política**, v. 2/2, n. 6, p. 5-45, 1982.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2^a ed. rev. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

VESENTINI, J. W. **Brasil: sociedade e espaço – geografia do Brasil**. 28. ed. SP: Ática, 1998.

VESENTINI, J. W. **Geografia: geografia geral e do Brasil**, volume único: livro do professor. 1 ed. São Paulo: Ática, 2005.